

## A RELAÇÃO CAMPO-CIDADE E AS “NOVAS” RURALIDADES<sup>1</sup>

Elmer Agostinho Carlos de Matos<sup>2</sup>

Rosa Maria Vieira Medeiros<sup>3</sup>

### Resumo

Nos últimos tempos, tem-se verificado uma considerável tendência para a associação da vida em espaços rurais como a mais adequada para os cidadãos. Esta valorização do espaço rural, que é associada à natureza, surge da constatação de que a urbanização, agregada à industrialização, principalmente da “industrialização da agricultura” estava minando os únicos vestígios naturais de que o planeta possuía. Neste contexto, os cidadãos vêm o rural como a fuga do estresse, e tentam desfrutar das amenidades do espaço rural, refletindo-se numa maior procura do rural para a construção de uma segunda residência (ou ainda para a sua fixação definitiva) ou mesmo para a prática do turismo. Neste ensaio, pretende-se discutir sobre a relação rural urbana ao longo da história e, entender como as “novas” ruralidades podem ser aproveitadas como um catalisador para o desenvolvimento das áreas rurais, principalmente, daquelas denominadas como o rural profundo ou marginalizado.

**Palavras-chave:** Relação campo-cidade. “Novas” ruralidades. Países da África.

### Abstract

Lately, there has been a considerable tendency to association of life in rural areas as the most suitable for the city dwellers. The valorization of the rural areas, which is associated with nature, arises from the fact that urbanization, associated with industrialization, especially the "industrialization of agriculture" was destroying the traces only natural that the planet had. In this context, city dwellers come to the countryside to escape the stress, try and enjoy the amenities of rural areas, reflecting an increased demand for rural to build a second residence (or for final fixing) or even the practice of tourism. In this essay, we intend to discuss the relationship between rural and urban along the history and to understand as the “new” rural can be an important factor for development of rural areas, especially those as called deep rural or marginalized.

**Keywords:** Field-city Relationship. “New” rural. Countries of the Africa.

## 1 INTRODUÇÃO

As discussões que se vem tendo, nos últimos anos, com a questão rural e urbana, evidenciam, cada vez mais, a importância do espaço rural frente às novas dinâmicas que vêm ocorrendo no mundo. A partir de 1970, a dinâmica dos espaços rurais veio se alterando bastante, principalmente nos países do chamado primeiro mundo. Nesses, com enfoque para a Europa (França) e os Estados Unidos da América, os espaços rurais vêm sendo cada vez mais valorizados e, deixando de refletir as grandes diferenças que os mesmos se apresentavam

---

<sup>1</sup>Artigo apresentado na disciplina de Ruralidades, da Profª. Rosa Maria Vieira Medeiros (Universidade Federal do Rio Grande do Sul/PPG em Geografia)

<sup>2</sup>Professor no Departamento de Geografia da Universidade Eduardo Mondlane. Email: elmermats@yahoo.com.br

<sup>3</sup>Professora no Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Email: rmvmedeiros@yahoo.com.br

frente ao espaço urbano, fator que determinou a associação do espaço rural ao tradicional e o urbano ao moderno.

É claro que essas dinâmicas não estão ocorrendo no mundo como um todo, sendo, neste momento, a sua transformação mais seletiva, marginalizando, de certa forma, a maioria dos países em desenvolvimento, principalmente os africanos. Nesses, a dinâmica dos seus espaços rurais ainda não atingiu os níveis dos países mais avançados, havendo, ainda, uma diferenciação socioeconômica maior e, conseqüentemente, menor valorização. Contudo, como foi referido por Wanderley (2009, p.203)

os chamados países de capitalismo são frequentemente vistos, senão como modelos, pelo menos como referências que apontam os rumos das transformações econômicas e sociais, que demais países tenderão, de alguma forma, a vivenciar.

Esta tendência é fundamentada pelas várias transformações socioeconômicas pelas quais o mundo atravessou durante o processo histórico, onde se verificou que as mesmas aconteceram em primeiro plano nos países centrais e depois se espalharam para a periferia.

Nos últimos tempos, tem-se verificado uma considerável tendência para a associação da vida em espaços rurais como a mais adequada para os cidadãos. Esta valorização do espaço rural, que é associada à natureza, surge da constatação de que a urbanização, agregada à industrialização, principalmente da “industrialização da agricultura” estava minando os únicos vestígios naturais de que o planeta possuía. Neste contexto, os cidadãos vêm o rural como a fuga do estresse, e tentam desfrutar das amenidades do espaço rural, refletindo-se numa maior procura do espaço rural para a construção de uma segunda residência (ou ainda para a sua fixação definitiva) ou mesmo para a prática do turismo. Neste ensaio, pretende-se discutir sobre a relação rural urbana ao longo da história e, entender como as “novas” ruralidades podem ser aproveitadas como um catalisador para o desenvolvimento das áreas rurais, principalmente, daquelas denominadas como o rural profundo ou marginalizado.

## **2 O RURAL E O URBANO**

Estas duas categorias de análise geográfica nem sempre existiram como tal e, ao longo do tempo, elas foram se diferenciando nas relações que as mesmas mantinham. No princípio da história do homem, como foi referido por Henri Lefebvre, Maria Isaura Queiroz e outros autores, constatou-se que não existia o urbano, apenas uma organização espacial que mais se aproximava da categoria do rural profundo, em que o contato com a natureza era mais

equilibrado. Nesse aspecto, Lefebvre (1999) refere que havia uma ausência completa de urbanização e, para Queiroz (1978), essa sociedade poderia ser denominada de “sociedade tribal”. Nela, as famílias ocupavam-se exclusivamente da sua subsistência, formando uma unidade independente.

A história é dinâmica, não sendo estática. Milton Santos argumenta que é um progresso sem fim das técnicas, isto é, a cada evolução técnica torna-se possível uma nova etapa histórica (SANTOS, 2009). Isso vai dar-se nas relações em que o homem vai ter com o seu meio envolvente, neste caso a natureza. Surgem novas técnicas que vão permitir ao homem dominar a natureza e, não mais preocupar-se apenas pela subsistência da sua família. É neste âmbito que estão criadas as condições para o surgimento de uma nova forma de organização espacial e uma nova sociedade, que vai desligar-se da forma tradicional de ocupação e relação com a natureza, surgindo as primeiras cidades. O surgimento duma nova forma de organização espacial vai permitir um diálogo entre a tradicional e a recente, surgindo as primeiras relações entre o campo e a cidade.

Fontoura (2009, p.269) refere que

a relação campo-cidade surge desde o surgimento da cidade, pois só é possível na medida em que o campo produz mais alimentos do que necessita e, graças as primeiras modificações no plantio e na criação, gera excedentes capazes de garantir a subsistência na cidade.

Para Lefebvre (1999), este momento coincide com o surgimento das primeiras cidades, denominadas de cidades políticas/administrativas e, mais tarde de cidades com funções comerciais. Nesse período histórico, as cidades ainda dependiam da produção do campo, sendo dependentes nas suas relações. A esse momento histórico, Queiroz (1978) o denomina de “sociedade agrária”, onde há uma coexistência entre o campo e a cidade, contudo o campo domina a cidade (demográfica e economicamente), embora a cidade organize e seja o seu centro administrativo.

Até esse momento histórico observa-se que o campo se evidencia nas suas relações com a cidade. As relações se invertem, segundo Lefebvre (1999), nos princípios da revolução industrial, fator que veio a afetar bastante as relações entre essas duas formas de organização do espaço. A industrialização associa-se à urbanização, isto é, a implosão e explosão urbana levam largos contingentes humanos a abandonarem o campo para viverem nas cidades. Nessa fase histórica, Queiroz (1978) observou que houve uma transição para as “sociedades urbanas”, onde não há um desaparecimento do rural, mas sim uma inflexão nas relações entre o campo e a cidade, sendo este último a dominar demográfica e economicamente e deixando

para o segundo plano o campo. Lefebvre (1999) vai mais além ao afirmar que estamos a caminho de um momento histórico em que o urbano se encarregará de absorver o rural. Para ele, esse é um momento crítico (Lefebvre o denomina de “Zona crítica”), que se caracteriza por um caos urbano, resultante do intenso processo de urbanização desenfreado.

Na fase da “sociedade urbana”, verificam-se várias diferenciações entre as duas formas de organização espacial, sendo o urbano mais avançado e moderno, enquanto o rural se mantinha atrasado e tradicional. Viver no campo significava estar limitado ao acesso as inovações resultantes do desenvolvimento tecnológico e o mesmo era sinônimo de pobreza. Porém, as relações entre as duas categorias foram-se mantendo e, a industrialização que parecia associar-se exclusivamente ao espaço urbano, invade os espaços rurais, antes considerados atrasados. Nesse processo, dois fatores importantes assumem a liderança para a transformação do rural tradicional num rural moderno, com a pura e simplesmente necessidade de implantar o capitalismo. Mingione e Pugliese (1987) referem que a expansão da indústria transformadora para além das áreas urbanas e a crescente analogia do trabalho agrícola com o das indústrias, transformando a agricultura num dos setores da indústria, vão ser os responsáveis pelas transformações socioespaciais do mundo rural, acompanhadas também pela produção e difusão de novas tecnologias.

Lefebvre (1999, p.39) utiliza dialeticamente alguns pares de expressões para descrever as diferenças entre o campo e a cidade. Segundo o autor “a distinção entre a cidade e o campo vinculam-se às oposições destinadas a se desenvolverem: trabalho material e trabalho intelectual, produção e comércio, agricultura e indústria”. Ainda segundo o mesmo autor, essas oposições inicialmente eram complementares e virtualmente contraditórias, passando a ser conflituosas. O autor vai mais além ao estabelecer as diferenças entre as duas categorias utilizando as formas de propriedade fundiária (imobiliária), sendo que ao campo corresponderiam as propriedades tribais e mais tarde as feudais e, para as cidades, corresponderiam as propriedades mobiliárias, corporativas e mais tarde capitalista. O cenário mais recente dos acontecimentos globais, principalmente nos países do chamado primeiro mundo, as propriedades tribais e feudais quase que se extinguíram, sendo agora marcadas pela propriedade capitalista. É, provavelmente, por este viés de leitura que Lefebvre (1999) o denomina de uma “sociedade urbana”, aquela que resulta de uma urbanização completa, ressaltando que o mesmo não significava a expansão do tecido edificado, mas sim da alteração do espaço rural que se aproximaria ao espaço urbano.

A modernização das áreas rurais, segundo Wanderley (2009), referindo-se as transformações ocorridas nas condições de vida dos residentes das áreas rurais, reduz, consideravelmente, as disparidades dos principais indicadores sociais e econômicos entre o rural e o urbano. Nesse contexto, o rural passa a estar mais próximo do urbano, havendo um *continuum*, o que não significa, necessariamente, que as características distintivas do rural desapareceram, mas que há dois pólos (extremos) de organização socioespacial, que parte de um pólo urbano, com suas próprias características para outro pólo rural, também com as suas próprias características. Esta forma de observação da relação campo-cidade não é compartilhada por todos os autores que se debruçam sobre esta temática, havendo uns que defendem o fim do rural e outros que, concordando com as transformações socioespaciais do rural, defendem que este ainda mantém alguns traços que o distinguem do urbano.

No meio desse debate teórico, que no fundo converge nas transformações socioespaciais do mundo rural, sendo interpretado de diferentes formas, constata-se que essa modernização não abrangeu todo o espaço rural. Nessa visão, Ferrão (2000) refere que com a industrialização da agricultura, particularmente mais notável no final da segunda Guerra Mundial, registrou-se uma importante fragmentação do rural, pois a modernização foi seletiva, não atingindo todas as áreas do espaço rural, daí que surge o mundo rural moderno e o mundo rural tradicional (profundo ou marginalizado). Esta leitura é também corroborada por Wanderley (2009, p.229) ao afirmar que “é preciso considerar, porém, que esta paridade [social entre o urbano e o rural] está longe de ter sido alcançada de forma homogênea, inclusive nas sociedades de capitalismo avançado”.

A modernização do rural está estreitamente relacionada com o processo de urbanização, que para Wanderley (2009, p.242) está “igualmente vinculada à ideia de uma aproximação entre o campo e a cidade, particularmente no que se refere ao acesso de seus respectivos habitantes aos bens e serviços disponíveis na sociedade”. A proximidade (física, funcional e socioeconômica) aos principais centros urbanos está relacionada, principalmente, ao uso generalizado do automóvel e ao acesso facilitado pelas modernas vias de comunicação. Este cenário evidencia muito bem as diferenças entre o urbano, rural moderno e o rural tradicional ou profundo.

O rural moderno, influenciado pela urbanização, sob o prisma de um processo de desenvolvimento econômico, cultural e político, que atinge esse rural, altera a sua vida social, em três principais aspectos:

em primeiro lugar, transforma as formas tradicionais do trabalho agrário, favorecendo a introdução das experiências de “não trabalho” e a “predominância do consumo sobre o trabalho no meio rural”; em segundo lugar “transforma o espaço fechado do *village* em um espaço aberto, definido por um campo de relações e que tende a se tornar análogo ao da cidade”. Finalmente, em terceiro lugar, a urbanização estimula a mobilidade profissional e social dos agricultores tornando o meio rural, também sob este aspecto, mais semelhante ao modelo das cidades RAMBAUD (1976) APUD WANDERLEY (2009, p.241).

As transformações ocorridas no espaço rural (o moderno), evidenciam ainda mais a sua semelhança ao urbano, daí que a teoria do *continuum* do rural para o urbano parece estar mais próximo de explicar essa realidade e, não necessariamente que o rural irá desaparecer, até porque as evidências anteriormente discutidas sobre a seletividade da modernização substanciam o corpo teórico do *continuum*.

A valorização do espaço rural emerge nos finais do século XX, quando, na França, os dados estatísticos começaram a mostrar que o rural não se apresentava como um espaço de repúdio das sociedades, mas aparecendo como uma esperança de fuga ao estresse urbano. Neste contexto, Ferrão (2000) refere que começa-se a criar uma nova invenção social de “novo” rural, caracterizado, principalmente, por um rompimento da tetralogia secularmente associado ao espaço rural. Durante muito tempo, o rural foi caracterizado por quatro elementos fundamentais: função principal (produção de alimentos); atividade econômica dominante (agricultura); grupo social de referência (a família camponesa com modos de vida, valores e comportamentos próprios) e; tipo de paisagem (que reflete a conquista do equilíbrio entre as características naturais e o tipo de atividades humanas desenvolvidas). Neste novo cenário, observa-se, principalmente, um rompimento na função (não sendo necessariamente a produção de alimentos) e na atividade econômica dominante (podendo não ser a agricultura).

Ao valorizar-se o espaço rural, importa referir que não se está falando, necessariamente, do rural moderno, pois neste, os espaços foram tomados pelo agronegócio e por extensões de terras ocupadas para a produção de culturas viradas a atender os centros urbanos. Estes espaços, muitos deles ligados à lógica de produção capitalista, ainda se apresentam como os mais associados ao mundo urbano. A valorização do rural é, na sua maioria, dos espaços antes considerados tradicionais, onde a relação entre as atividades humanas desenvolvidas e a exploração da natureza encontra um equilíbrio. É, sobre esse rural, que a sociedade urbano-industrial vai deter-se em valorizar, com medo da perda desse

patrimônio que vai sendo absorvido pelo processo de urbanização e da lógica de produção capitalista.

Segundo Ferrão (2000, p.5), “a valorização da dimensão não agrícola do mundo rural é socialmente construída a partir da ideia de patrimônio”. Para tal, segundo o autor, observam-se três tendências que convergem num mesmo sentido, apesar de serem autônomas. A primeira está relacionada com o movimento de *renaturalização*, centrada na conservação e proteção da natureza, aspectos atualmente hipervalorizados no debate sobre o desenvolvimento sustentável. A segunda procura a *autenticidade*, através da conservação e proteção dos patrimônios histórico e cultural como vias privilegiadas para valorizar memórias e identidades capazes de enfrentar as tendências uniformizadoras da globalização. Por fim, destaca-se a *mercantilização* da paisagem, como resposta à rápida expansão de novas práticas de consumo, resultante do aumento dos tempos livres, da melhoria do nível de vida de importantes segmentos da população, que vão ter como consequência a valorização do turismo e do lazer.

É importante realçar que apesar de observar-se uma valorização do rural tradicional, onde a natureza passa a ser associada ao mundo rural e, tenta-se, na medida do possível, museificar-se a natureza, ela não vai atingir a todos os espaços rurais tradicionais, sendo também uma valorização que seleciona os espaços com algum potencial para tal.

É importante ter-se algumas reservas nessa nova construção social do “novo” rural, associado principalmente ao meio ambiente, pois isso projeta essa nova ruralidade a um ponto bem distante da realidade, que muitas vezes é reproduzido e idealizado para satisfazer a procura urbana, mesmo sabendo que os elementos que o configuram são apenas imaginários, perdidos no tempo, mas que são resgatados apenas teatralmente. Nisso, também se associa ao fato de se olhar para a natureza como uma área “natural” sem a intervenção humana. A esse respeito Medeiros (2006, p.7) refere que:

aqui cabe uma reflexão quanto a este melancólico e nostálgico retorno ao rural, uma vez que este pode ser considerado como uma perigosa reaproximação da natureza, onde os homens enquanto agentes/atores deste processo são excluídos. O paradigma da sustentabilidade que identifica e cria a associação rural/natureza, retêm da epistemologia clássica os pressupostos de uma natureza livre de homens, sujeita às leis positivas de cientistas e de técnicos, com coletividades humanas desprovidas de território.

A autora levanta um ponto importante nessa nova valorização do rural, associado a natureza, pois, em vários casos, a valorização da natureza pode estar diretamente ligada ao paradigma de produção de áreas de preservação, onde prevalece ainda uma dicotomia entre o

homem e natureza, culminando com a separação física e política do primeiro sobre o segundo. A necessidade de tornar essas áreas intocáveis pelo homem nativo é fundamentado pelos cientistas da área e, considerada uma ação fundamental para a preservação de ecossistemas e/ou espécies consideradas ameaçadas pela sociedade urbano-industrial.

### **3 CAPITALIZAÇÃO DAS “NOVAS” RURALIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL**

Após a segunda Guerra Mundial a noção de desenvolvimento assumiu um caráter ideológico importante nunca antes visto, balizando os projetos políticos e as relações de cooperação internacional. Essa visão de desenvolvimento estava embasada num processo concebido como uma mudança social que passaria de uma “sociedade tradicional” para uma “sociedade moderna” (NICOLA; DIESEL, 2005). Com esta visão, presumia-se que todas as sociedades deveriam deixar de ser tradicionais (abandonando as suas especificidades culturais e econômicas) e, acompanharem as mudanças que o mundo urbano-industrial proporcionava. Foi com base nesta tendência que se uniformizou as abordagens de desenvolvimento, sendo implantada em vários espaços geográficos, sem, muitas vezes, a sua adequação à realidade.

Durante essa fase, os programas, as políticas e os projetos de desenvolvimento olhavam para as áreas deprimidas (o rural), como sendo uma fase a ser vencida, isto é, de que as sociedades passariam por uma fase caracterizada por uma economia tradicional e que depois passariam por um processo de modernização, ajustando-se aos padrões e objetivos urbano-industriais (NEGRÃO, 1999; NICOLA; DIESEL, 2005). Foi, neste contexto, que para modernizar as áreas rurais, os teóricos e analistas dessa época defendiam que para o desenvolvimento do espaço rural seria necessário a “aplicação do conhecimento científico agrônomo para a inovação tecnológica dos processos produtivos, o que desencadeou a Revolução Verde” (NICOLA; DIESEL, 2005, p.316). Esta forma de concepção de desenvolvimento permitiu, de certa forma, a modernização seletiva do rural, e a sua expansão para os diferentes países do mundo.

As várias formas de encarar o meio de desenvolvimento das áreas rurais passavam por uma definição de políticas setoriais, onde se assumia a mecanização da agricultura como o caminho para o desenvolvimento. Porém, as abordagens mais recentes vêm mostrar que para o desenvolvimento dos espaços rurais, as políticas não podem ser setoriais mais sim de



caracter territorial, até porque a tetralogia que antes caracterizava os espaços rurais foi alterada, como foi demonstrado em parágrafos anteriores.

A virada para um desenvolvimento territorial é fundamental pelo fato de permitir uma valorização da natureza e da cultura de cada localidade. Wanderley (2009) analisando o relatório da Commission Européenne de 1997, refere que essa abordagem de desenvolvimento privilegia as "zonas desfavorecidas", economicamente "marginais" ou "marginalizadas", onde é possível identificar e valorizar os "sistemas de exploração de grande valor natural".

As novas formas de abordagem de desenvolvimento territorial rural baseiam-se no fato do rural não estar mais associado à atividade agrícola, estando agora associado à natureza, fator este que permite a valorização da cultura e da natureza. Nos últimos tempos, as áreas rurais vêm mostrando uma nova dinâmica, que para além de atingir um nível de paridade de desenvolvimento social, elas vêm associadas à várias atividades que antes eram de domínio urbano. A procura por um ambiente natural e com características tradicionais, que parecem estar a escassear em face da invasão da sociedade urbano-industrial, vêm dar uma nova oportunidade de desenvolvimento territorial daqueles espaços rurais marginalizados pela modernização seletiva, que caracterizou e caracteriza a história do homem.

Estas oportunidades estão relacionadas com a prática do turismo e da construção de uma segunda residência (ou ainda da fixação definitiva de "novos" residentes vindos das áreas urbanas). Apesar deste fenômeno tender a valorizar e explorar o rural tradicional, é fundamental que o mesmo se mostre atrativo para acolher essa nova construção socioespacial. Com isso, reafirma-se também, que a valorização do rural para a prática do turismo rural e a construção de uma segunda residência ou de uma nova residência definitiva é seletiva, pois nem todos os espaços podem atrair. Estudos realizados por vários autores, dentre eles Carminda Cavaco (2009), José Graziano da Silva (2002), Fernando Baptista (2009) e outros, têm mostrado que uma parte significativa dos "novos" rurais é constituída por seniores reformados e pré-reformados de origem urbana ou periurbana. Esses "novos" residentes rurais são atraídos, segundo Cavaco (2009), pela valorização das amenidades naturais e climáticas, como também pela acessibilidade e proximidade aos centros urbanos e as facilidades de aquisição imobiliária e fundiária. Os "novos" residentes rurais provenientes do urbano vão introduzir novas atividades no espaço rural, sendo uma delas o desenvolvimento da atividade turística.

Essas oportunidades oferecidas pelos espaços rurais e pelos "novos" residentes devem ser acompanhadas por uma definição de políticas que tornem a sua implementação viável.

Essas políticas podem, de certa forma, recuperar o potencial cultural e natural da área e criar novas oportunidades de emprego e de geração de renda para os habitantes locais. Segundo Cavaco (2009, p.54), essas políticas,

através de uma estratégia voluntarista de desenvolvimento territorial a longo prazo, com continuidade e coordenação, capaz de tornar os espaços rurais mais atrativos para as pessoas e as empresas que neles poderão vir a residir, consumir, instalar-se, contribuindo nomeadamente através dos seus impactos diretos e indiretos e induzindo para a vitalização da economia local ...

Estas condições de aproveitamento do potencial natural e cultural demonstram que não bastam somente as condições naturais e culturais oferecidas pelo meio, mas precisam de um conjunto de políticas que a tornam mais atrativas e, que sejam políticas com um alcance maior, isto é, de longo prazo.

A entrada nesse novo mercado, constituído por bens rurais ou naturais, implica algumas cautelas. Essas demandas são ainda recentes na maioria dos países europeus, mas já se tornam mais globais. A entrada na lógica desse mercado implica, de certa forma, estar regido pelas leis de procura e de oferta. Nessa lógica, constata-se que os demais espaços rurais que se filiam ao mercado de bens rurais ou naturais devem competir, apresentando condições mais atrativas aos turistas. Um elemento importante a ter em conta é a mercantilização de bens falsos para atender aos turistas mais exigentes. Os turistas, muitas vezes têm o conhecimento de que estão consumindo um produto falso, mas que se contentam com o simulacro existente. Outro elemento a considerar é o fato apontado por Cavaco (2009), ao se referir que o destino rural apresenta-se como um destino complementar de outros tipos (mar, cidade, neve) e não como um destino alternativo.

Apesar desses constrangimentos que a entrada no mercado de bens rurais ou naturais pode ter no desenvolvimento territorial rural, importa referir que Cavaco (2009) acentua que o turismo é comumente reconhecido como vetor de desenvolvimento dos territórios rurais, principalmente daqueles territórios marginais, isolados e pobres, constituído na sua maioria por população idosa e com níveis consideráveis de despovoamento.

#### **4 NOVAS RURALIDADES EM PAÍSES DO TERCEIRO MUNDO**

Com base no exposto nos parágrafos anteriores, pretende-se refletir se essas “novas” ruralidades não são uma utopia para países africanos, com enfoque para Moçambique. Ou se será um caminho em que a maioria dos países desse continente terá que seguir? Pois, como foi

referido em momentos atrás, verifica-se que as transformações socioespaciais primeiro acontecem no ocidente e depois se espraiam para os países da periferia. Normalmente, esse espraiamento acontece de forma gradual, atingindo inicialmente os países do “segundo mundo” e mais tarde os do terceiro.

As novas ruralidades, como fora discutido anteriormente, surgem de uma valorização do rural pelos urbanos, que dada a turbulência vivida nos centros urbanos e a falta de espaços de “pura” natureza, o rural marginalizado é visto como algo de reencontro com aquilo que o projeto urbano-industrial ainda não se encarregou de destruí-la. Também se constatou que a modernização se instalou no rural, criando uma paridade social e econômica no acesso aos bens e serviços que antes eram encontrados, exclusivamente, em espaços urbanos.

Parece que a realidade africana, em particular a moçambicana, se apresenta bem deslocada desse contexto em que se enquadra a valorização do rural ocidental. Primeiro: a população urbana é muito inferior à população rural. As migrações com destino a cidade ainda se evidenciam, pois as diferenças entre o rural e o urbano são pronunciadas, sendo o rural uma área com deficiências no acesso aos serviços sociais básicos. A migração para a cidade apresenta-se como uma forma de escapar da pobreza.

Segundo: a maior parte dos países africanos, com destaque para Moçambique, não passou por um processo de industrialização e nem da mecanização da agricultura, mas sim por um processo de “transplantação industrial”, como foi referido por Araújo (1997, 2003), associado aos diversos impactos que isso acarreta consigo. Sendo assim, não ocorreu a modernização do rural, havendo, deste modo, o urbano “moderno” e o rural marginalizado. Esse urbano modernizado aparenta estar ainda em processo de modernização, não tendo ainda concluído essa fase e, se o concluiu, apenas o foi em duas ou três cidades de cada país.

Terceiro: a maioria dos países africanos se tornou independente apenas a partir da década de 60 do século XX e, depois do alcance da independência mergulharam em conflitos armados que afundaram ainda mais a economia desses países. Desta forma, a agricultura ainda se apresenta como a principal fonte de subsistência das famílias. Nesses países, ainda não ocorreu a transformação da tetralogia que caracterizou os espaços rurais. No meio desses acontecimentos que marcaram a história da África, observa-se que ela é ainda nova face às transformações socioeconômicas e espaciais que caracterizaram a maioria dos países do ocidente.

Quarto: o continente africano tem sido utilizado como uma “cobaia” de experimentos das políticas de desenvolvimento das áreas rurais, teorizadas principalmente para os países do

ocidente e que, muitas vezes, por “imposição”, elas são implementadas sem a sua devida adequação à realidade local (NEGRAO, 1999). São alguns exemplos moçambicanos as políticas sob influência neoliberais, introduzidas a partir de 1987, que só vieram a piorar a qualidade de vida dos moçambicanos. Nos últimos tempos observa-se um discurso governamental que tende a conduzir o país para uma Revolução Verde, mesmo sabendo-se dos problemas inerentes a essa forma de produção e das dificuldades que o país atravessa, em termos financeiros, para levar avante esse discurso.

Será que os países africanos, particularmente Moçambique, passarão por todos os caminhos pelos quais passaram os países do primeiro e “segundo” mundo? Ou será que algumas fases desse processo serão simplificadas? A simplificação parece ser a alternativa mais próxima para a realidade a qual se encontram todos os países, face ao processo de globalização vigente. Nesse âmbito, queremos concordar com Milton Santos, quando analisa ao processo de globalização perversa (sistêmica) que é essa que está ocorrendo, deteriorando cada vez mais a qualidade de vida dos povos, principalmente daqueles que vivem nos países do terceiro mundo, pois “a perversidade sistêmica que está na raiz dessa evolução negativa da humanidade tem relação com a adesão desenfreada aos comportamentos negativos que atualmente caracterizam as ações hegemônicas” (SANTOS, 2009, p.20).

As novas ruralidades parecem estar longe de se concretizarem nos países africanos, particularmente em Moçambique, pois o rural se distancia muito do urbano, as questões de acessibilidade são ainda precárias e a procura de uma segunda residência ou de uma fixação definitiva em espaços rurais ainda encontra-se numa fase embrionária.

O turismo rural, na maioria dos países desse continente, ainda se resume apenas nas áreas de conservação. Estas, criadas muitas vezes com objetivos “impostos” pelos organismos internacionais, estão preocupadas em alcançar os objetivos de conservação definidos nos seus diversos encontros. Porém, apesar de ser criada com propósitos alheios à realidade local, elas agora surgem como formas de conciliar a conservação com o desenvolvimento socioeconômico, visando a melhoria da qualidade de vida local. Nisso, associa-se, para além da conservação da natureza, também a conservação do étnico e do cultural. Desta forma, a observação de Harvey (1989, p.303) parece bem apropriada para essa realidade, pois “a tradição preserva-se enquanto comercializada e mercantilizada: a busca de raízes acaba por produzir uma imagem, um simulacro, um pastiche”.

Já que a globalização nos conduz a entrar no mercado de produtos rurais ou naturais, que para a realidade africana (particularmente a moçambicana), preferimos utilizar os bens

naturais, porque a procura desses produtos está principalmente associada ao consumo de bens das áreas de conservação. Entrando neste mercado, e tomando em atenção os pontos levantados acima, quanto aos constrangimentos que este mercado apresenta, parece-nos adequado que antes da sua introdução se deva fazer um “estudio detallado y exhaustivo del área concreta de actuación, además de a una planificación integral que incluya como objetivo evitar la dependencia exclusiva del mismo” (TALAVERA, 2002, p.45).

Além dos constrangimentos que a entrada no mercado de consumo de bens naturais pode “proporcionar”, acrescenta-se também mais um aspecto importante para a realidade africana (moçambicana em particular) que é o fato das políticas de valorização dos bens naturais serem externos aos países, estando embasadas dentro de um projeto que, muitas vezes, visa instituir uma área como sendo de conservação e reduzir as áreas de produção agrícola. Muitas dessas áreas, senão todas, são deprimidas albergando a população nos limites de subsistência. A esse respeito, Talavera (2002) refere que a introdução desse tipo de atividade nessas áreas é, muitas vezes, inviável, pelo fato de alterar o modo de vida tradicional, introduzindo novas expectativas que não são cumpridas e ainda apresentam recursos escassos e comprometidos. Também observa-se que os projetos entram em fracasso a partir do momento em que as entidades patrocinadoras retiram-se da área. Este cenário parece ser o que melhor descreve a realidade das transformações socioespaciais que ocorreram numa área comunitária, transformada em área de conservação, no centro de Moçambique (a Reserva Nacional de Chimanimani)<sup>4</sup>.

Diante do cenário por que passaram e passam os países africanos seriam as novas ruralidades uma alternativa de desenvolvimento ou de modismo? Não seria uma utopia acreditar que em África existe um “novo” rural e, que o mesmo conduziria, a partir da atividade turística, ao desenvolvimento dos espaços rurais deprimidos? Estas são algumas das indagações que, provavelmente, poderiam conduzir a reflexões mais consistentes a partir de mais trabalhos de campo que possam conduzir a conformação de um cenário mais próximo da realidade e que se possam fundamentar, teoricamente, os caminhos mais adequados para o desenvolvimento dos espaços rurais deprimidos.

---

<sup>4</sup> Vide MATOS, Elmer A. C. de. MEDEIROS, Rosa M. V. Impactos socioespaciais de abordagens de desenvolvimento exógenas: o caso da área de conservação transfronteira de Chimanimani, no centro de Moçambique. *Encontro Nacional de Geografia Agrária: territorialidades, temporalidades e desenvolvimento no espaço agrário brasileiro*. Francisco Beltrão – Paraná, 25 a 29 de outubro de 2010.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Manuel G.M. *Geografia dos Povoamentos: assentamentos humanos urbanos e rurais*. Maputo. Livraria Universitária, 1997

ARAÚJO, Manuel G.M. Os Espaços Urbanos em Moçambique. *GEOUSP Espaço e Tempo*, no 14. São Paulo, 2003. p. 165-182.

ABRAMOVAY, Ricardo. *O futuro das regiões rurais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

ALEGRE, Eladio Arnalte; ZAMORA, Carmen Munoz. Desarrollo rural en la Península Ibérica: algunos modelos en el mediterráneo español. In: JACINTO, Rui. *Os territórios de baixa densidade em tempos de mudança*. Centro de Ciência Viva da Floresta. Proença-a-Nova. 2009. p. 9-19.

BAPTISTA, Fernando O. Territórios de baixa densidade: olhares prospectivos. In: JACINTO, Rui. *Os territórios de baixa densidade em tempos de mudança*. Centro de Ciência Viva da Floresta. Proença-a-Nova. 2009. p.7-8.

CASTROGIOVANNI, António Carlos. (Pre)Ocupações com o turismo rural. In: MEDEIROS, Rosa Maria Vieira; FALCADE, Ivanira (orgs). *Tradição versus tecnologia: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p.59-66.

CAVACO, Carminda. Os espaços rurais como espaços de vida: mobilidades residenciais e novas formas de habitar. In: JACINTO, Rui. *Os territórios de baixa densidade em tempos de mudança*. Centro de Ciência Viva da Floresta. Proença-a-Nova. 2009. p.39-72.

FERRÃO, João. Relações entre mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro. *Eure – Revista latinoamericana de estudios urbano regionales*. Setiembre/ano/vol. 26. Número 078. Pontífica Universidad Católica de Chile. Santiago, Chile, 2000.

FONTOURA, Luiz Fernando Mazzini. A relação campo-cidade como método. In: MEDEIROS, Rosa Maria Vieira; FALCADE, Ivanira (orgs). *Tradição versus tecnologia: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p.269-283.

HARVEY, David. *The condition of posmodernity*. New York. Blackwell, 1989.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

MARAFON, Gláucio José. Agricultura familiar, pluriatividade e turismo rural: Reflexões a partir do território fluminense. In: MEDEIROS, Rosa Maria Vieira; FALCADE, Ivanira (orgs). *Tradição versus tecnologia: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 35-57.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. *Que “novo” rural é esse no Brasil*. Palestra proferida na Mesa redonda “Dilemas na conceituação do campo e do rural no Brasil” no I Simpósio Urbano Rural – USP/SP. 2006.

MINGIONE, Enzo; PUGLIESE, Enrico. A difícil delimitação do “urbano” e do “rural”: alguns exemplos e implicações teóricas. *Revista crítica de ciências sociais*. no. 22. Abril 1987. p. 83-99.

NARDI, Oni; MIORIN, Vera Maria Favila. Turismo no meio rural (TMR). In: MARAFON, Gláucio José; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar (orgs). *Agricultura, desenvolvimento e transformações socioespaciais: reflexões interinstitucionais e constituição de grupos de pesquisa no rural e no urbano*. Uberlândia: Assis Editora, 2008.

NEGRÃO, José. *Land and rural development em Mozambique*. LTC Project Moz Library. Maputo. 1999.

NICOLA, Marcelo Porto; DIESEL, Vivien. Tendências e desafios do monitoramento e avaliação do desenvolvimento rural local e sustentável. In: BRUMER, Anita; PINEIRO, Diego (orgs). *Agricultura Latino-americana: novos contextos e velhas questões*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. p 315-334.

QUEIROZ, Maria Isaura P. *Cultura, sociedade rural, sociedade no Brasil*. Rio de Janeiro: livros técnicos e científicos/USP, 1978.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 18º Ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SILVA, José Graziano da; GROSSI, Mauro Del; CAMPANHOLA, Clayton. O que há de realmente novo no rural brasileiro. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*. Brasília, v.19, n. 1. 2002. p. 37-67.

TALAVERA, Agustín Santana. Desarrollos y conflictos en torno al turismo rural: claves y dilemas desde la antropología social. In RIEDL, Mário; ALMEIDA, Joaquim Anécio; VIANA, Andyara Lima Barbosa (orgs). *Turismo rural: tendências e sustentabilidade*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. p. 13-50.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura e ruralidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.